

GOVERNANDO COM O ANDREENSE



PLANO DE GOVERNO
SANTO ANDRÉ - SÃO PAULO
2021 - 2024

PATRIOTA 51
BRASIL ACIMA DE TODOS.

“Nos últimos tempos, dada a realidade que nos bateu à porta, percebemos que o desempenho da gestão pública em nada dialogou com a população. A falta de transparência e a ingerência da gestão pública nos levou a um caos social. A insensibilidade com a realidade Andreense evidenciou a realidade de como é feito o serviço para a população. O despreparo que hoje há nas secretarias drenou o ativo financeiro da cidade gerando desemprego, empresários de pequeno e médio porte perdendo o investimento de uma vida inteira e demissão de colaboradores, nossas crianças desenvolvendo a apatia, promoção do medo e da insegurança. Nos sentimos sozinhos e sem representação. Percebemos que estamos sendo geridos por uma gestão que não tem autonomia e não tem diálogo com a população. A nossa indignação com tudo isso nos motivou a desenvolver um plano para a nossa cidade que foi desenvolvido a várias mãos, mãos de munícipes, as mãos do Andreense. Entendemos que não há modelo de gestão que tenha êxito sem empatia, percepção, reflexão, diálogo e inteligência. O desenvolvimento dessa sensibilidade percorre toda a minha vida, por ser de origem humilde e ter uma criação de muito amor pela minha mãe, dediquei a minha vida a ajudar o próximo. Decidi entrar para a vida militar para ajudar a população, porém, mesmo tendo uma carreira sólida na Polícia Militar percebi que poderia ajudar muito mais na vereança da cidade. E foi o que eu fiz em dois mandatos do qual tenho muito orgulho. A vivência na câmara me fez perceber que o desenvolvimento da cidade é travancado pois, infelizmente, o poder executivo tem um olhar apenas para políticas partidárias e não tem o menor interesse pela realidade do cidadão Andreense. Faça uma breve reflexão: Qual decisão da cidade no período de isolamento foi dialogado com os munícipes? Qual decisão da atual gestão foi de acordo com a realidade da nossa cidade e não da cidade de São Paulo? Vivemos em uma república federativa e não há motivos para outra cidade e /ou executivo maior decidir pelo executivo local. O nosso presidente Jair Messias Bolsonaro nos autorizou essa autonomia entendendo que cada cidade tem suas peculiaridades. Esse tipo de atuação da gestão atual evidencia a falta de conhecimento sobre os aspectos geográficos e geoeconômicos da cidade, a falta de inteligência para gerir uma cidade como Santo André, e assustadoramente, a falta de cuidado com a população. Temos vários desafios e todos foram criteriosamente estudados, de Saúde a Educação, de Cultura a Segurança e estamos totalmente dispostos a encará-los.

A elaboração do nosso plano de governo foi pensada para atuar diretamente em diálogo com o Andreense, estudamos a implantação de um canal de comunicação onde o Andreense saberá com facilidade cada ação do Legislativo e executivo da cidade de forma lúdica, simplificada. Nesse período todos nós tivemos um impacto direto com as ferramentas de comunicação à distância e sabemos que é possível fazer isso com qualidade, afinal o nosso objetivo principal é o diálogo direto com a população. O cuidado com a nossa cidade, com os nossos conterrâneos Andreenses é de todos nós e não cuidaremos da nossa cidade sozinha, estamos todos juntos.

O que apresentaremos nesse plano é um projeto de desenvolvimento para todos independente de crença, gênero, afetividade, raça ou condição social. Nosso projeto abrange as particularidades e complexidades dos Andreenses pois foi construído por Andreenses de todas as regiões da cidade. O meu compromisso é com o Andreense e com a nossa Santo André, esse é o meu combustível e é isso que honrarei com toda a minha energia. Muito Obrigado. ”

Sargento Lôbo

ASPECTOS GEO ECONÔMICO

A Cidade de Santo André está localizada na região do Grande ABC, localizada na Zona Sudeste da Grande São Paulo, parte da região Metropolitana de São Paulo.

Santo André é a décima quinta cidade brasileira mais desenvolvida, e a oitava cidade mais desenvolvida do estado de São Paulo, segundo a ONU. É também a quinta melhor cidade do país onde criar filhos.

A economia da cidade até 1990 era marcada pela indústria metalúrgica, hoje, após a “guerra fiscal”, o setor de comércio e serviços teve ascensão no município. Vários galpões de fábricas viraram Shopping centers, lojas de veículos e outros. Hoje também temos a abertura de capital externo com a UFABC, por exemplo.

A população do município segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, censo de 2019 é de 718.773 habitantes, totalizando uma densidade demográfica de 3.848 hab./km². Tem como Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM, na análise do ano de 2010 é de 0.815. Já o seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB foi avaliado em 6,7 (5ºano), 4,9 (9ºano) e 3,9 (3º ano do ensino médio) ano de 2017, segundo o Ministério da Educação – MEC. A cidade não tem avançado proporcionalmente de acordo com os seus aspectos econômicos e demográficos.

O ANDREENSE E AS PROPOSTAS GERAIS

- Todas as propostas são pensadas a fim de promover políticas de oportunidades para todos, assim, dando possibilidades, dentro das análises históricas de êxito, para que todo indivíduo se desenvolva plenamente na sociedade.
- Implantaremos o Comitê de Integração entre todas as Secretarias para mensalmente discutirem os projetos pertinentes aos desenvolvimentos e bem estar do município;
- Atualizar, e revisar o Cadastro Único, permitindo mapear ações políticas que buscam a redução das vulnerabilidades e promovam o desenvolvimento social;
- Acompanhamento sistemático da transferência de renda às famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) e do acesso aos serviços públicos de assistência social, saúde, educação e moradia, mitigando assim fraudes e má aplicação do recurso;
- Estabelecer ações da assistência social, de forma articulada e multidisciplinar com as demais políticas públicas municipais como educação, saúde, trabalho, habitação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento urbano, com a finalidade de garantir a eficiência dos programas e ações de enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social da população de Santo André;
- Viabilizar o programa Portal do Futuro, com a rede de educação integral e em parceria com a iniciativa privada, escolas e centros integrados de educação,

cultura, esporte, ciência e profissionalização com atividades em contra turnos para estudantes;

- Implantar o Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias indivíduos do MMFDH (Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos) com ações de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com membros em situação de ameaça ou violação de direitos;
- Garantir o PAIF (Proteção e atendimento integral a família) Serviço estruturante da Proteção Social Básica, de caráter continuado, que oferta trabalho social a famílias para prevenir situações de risco pessoal e social;(MMFDH)
- Garantir junto a iniciativa privada o serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiências e idosas. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento. Público: pessoas com deficiência e idosos em vulnerabilidade, com prioridade para beneficiários do BPC e famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Implantar, em parceria com o Governo Federal do **Programa “Santo André Amigo da Pessoa Idosa”**, sendo um conjunto de iniciativas que têm por objetivo melhorar a convivência de pessoas com mais de 60 anos e evitar seu isolamento, através da promoção, de ações destinadas ao envelhecimento ativo, saudável, sustentável e cidadão da população, principalmente das pessoas mais vulneráveis;
- Ampliação, através do **Programa Brasil Carinhoso** do Governo Federal otimizando o apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento em creches. Assim, os municípios podem ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação infantil, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem;
- Implantação do **SNAS** (Serviço especializado para pessoas em situação de rua) em parceria com a iniciativa privada .Atendimento às pessoas em situação de rua, orientação e encaminhamentos a outros serviços sócio assistenciais e as demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Promove o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para a utilização como referência do usuário;
- Viabilização do sistema **Cratod**. É um centro de referência no tratamento de dependência química localizado estrategicamente no centro da cidade. A unidade, vinculada à Secretaria de Saúde, oferece atendimento 24 horas por dia por meio de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de saúde;

- Implantação do programa "**Pra Viver**" que dará apoio aos policiais que sofreram algum tipo de dano no exercício da profissão e também às suas famílias. A iniciativa, que tem o apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), prevê ações por meio do esporte, apresentações culturais, além de retaguarda jurídica;
- Otimizar o incentivo financeiro para fortalecer equipes e serviços da Atenção Primária à Saúde. A medida garantirá cuidados a populações vulneráveis no contexto da situação de emergência de importância internacional decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). De acordo com o texto da portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), o incentivo financeiro ajudará gestão local na qualificação de identificação precoce, no acompanhamento e

monitoramento de integrantes de populações vulneráveis que apresentem síndrome gripal, suspeita ou confirmação da doença;

Os recursos beneficiarão a população indígena não aldeada, populações dispersas, populações do campo, da floresta e das águas, população ribeirinha, população assentada e a população em situação de rua.

Também serão favorecidos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, população residente em áreas de comunidades e favela, grupos populacionais que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e demais povos e comunidades tradicionais;

- Em parceria com o Governo Federal, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), buscar a criação de projetos de pequeno, médio e grande porte para ações voltadas aos cuidados das vítimas de violência no sentido de prevenir a reincidência;
- Implantar o **Programa Amigo da Família** que promove ações que valorizem a família, a proteção social e o fortalecimento de vínculos conjugais;
- Propostas para o atendimento às pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida: Incentivar em parceria com iniciativa privada a empregabilidade. Estabelecer parcerias e convênios com entidades que realizem trabalho com este segmento;
- Desenvolvimento de campanhas educativas sobre a realidade, ações inclusivas e adaptação de pessoas com deficiência;
- Implantação do Programa Inclusão Produtiva que são ações que buscam qualificar e possibilitar o desenvolvimento e inserção do cidadão que vive em zona urbana no mercado formal de trabalho ou como empreendedor. Alguns exemplos e oportunidades características do ambiente urbano são os empregos em empresas privadas e os microempreendedores individuais;

- Aprimorar e ampliar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) existentes por meio de capacitação continuada das equipes nas atividades socioeducativas tais como cultura da cidadania e do direito, com prevenção de violações, participação popular e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoa portadora de deficiência;
- Ampliar e dar mais efetividade aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e demais centros de referência especializados, albergues, abrigos e centros de acolhimento bem como fortalecer as parcerias com as organizações da sociedade civil que atuam nas áreas da assistência e proteção social no município;
- Planejar ações de assistência social, tendo como centro a família, em parceria com a comunidade e as organizações religiosas na construção de uma sociedade comprometida com o bem comum;
- Otimizar o atendimento e serviços prestados pelo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) a qual abrange atendimento psicossocial para crianças, adultos, dependentes químicos e outras patologias psiquiátricas. Mapeamento de profissionais e instalações;
- Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180, com a ampliação para o atendimento e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres no município de Santo André;
- Estabelecer, em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Campanha “**Acolha a vida**” que tem por objetivo a prevenção ao suicídio e a automutilação de crianças, adolescentes e jovens;
- Atender no âmbito municipal, e, em parceria com o MMFDH, em razão da Portaria nº 687, de 11 de novembro de 2014, o enfrentamento para prevenir o desaparecimento de crianças e adolescentes bem como e o encaminhamento dos casos existentes;
- Instituir em conjunto com os demais órgãos públicos no programa Saúde da Família, o acompanhamento das vítimas e das famílias, com visitas sistemáticas de profissionais de saúde para identificar as situações de violência (maus-tratos, negligência, exploração sexual, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, desaparecimento, entre outros) ou de violência repetida;
- Investir na formação dos profissionais para a construção de práticas que qualifiquem a ação interventiva, sobretudo com a definição e desenvolvimento de metodologias de atendimento às famílias com crianças e adolescentes desaparecidas, vítimas de maus tratos e abuso sexual,

violência contra a mulher, da pessoa idosa e da pessoa portadora e deficiência;

- Implantação de Conselho Municipal proficiente para reflexão e discussão sobre meio ambiente.

O ANDREENSE E A EDUCAÇÃO

A construção dessa proposta partiu da estratégia do diálogo para a concepção de uma gestão democrática de educação. Acreditamos que através do diálogo crítico entre os educadores e os munícipes enriqueceremos e solidificamos a educação de Santo André. O olhar para a criança e o jovem, analisando as lógicas de relações interpessoais entre si e com o mundo adulto que marcam relações de reconhecimento e alteridade e de negociação que vão tecendo redes de subjetividade e identidade. Ao falarmos de criança e infância estamos compreendendo uma longa etapa de vida que não se encerra aos cinco anos, quando os meninos e meninas completam o ciclo da educação infantil em creches ou pré-escolas. Esta etapa da vida, como a compreendemos no Brasil, se estenderia até os 12 anos; o que significa pensarmos que os anos iniciais do ensino fundamental também precisam considerar as crianças (e a infância) como eixo organizador do currículo que se pretende vivenciar e implementar na escola. Tal percepção nos exigirá uma profunda reflexão a respeito dos tempos, espaços, atividades, linguagens e procedimentos de ensino que, historicamente, colocamos em prática nas escolas que atendem meninos e meninas de 6 a 10 anos.

“A concepção de juventude como uma categoria social distinta, com identidade própria, consciência de si e com o reconhecimento da sociedade é uma invenção do século XX. Isso não implica dizer que não houve jovens antes disso, mas que a ideia de juventude possui não apenas uma definição biológica como principalmente um conceito político e social que começou a se formar no século XIX e a consolidar no século XX. Todo ser humano independentemente da cor, do sexo, da nacionalidade, da língua, da religião ou da condição social passa pela puberdade, exceto em casos de patologia. Já a juventude depende da cultura de cada um. Nem todas as sociedades a reconhecem do mesmo modo. Para algumas essas fases da vida não tem valor, o indivíduo sai da infância e entra diretamente na vida adulta.”

De toda maneira, o que precisamos considerar ao elaborar uma proposta educativa que respeite os jovens como sujeitos de aprendizagem é que esta etapa da vida possui suas próprias referências: linguagens que explicam sua experiência no mundo, formas de pensar e sentir diferenciadas das crianças e dos adultos, modos

de encarar a relação com o mundo social, estratégias específicas para as relações com os pares e com os sujeitos mais velhos e mais jovens e também maneiras de lidar com as normas do mundo adulto com o qual estão travando contato.

CONHECIMENTOS SOBRE O CORPO PARA O DESENVOLVIMENTO

Este bloco diz respeito aos conhecimentos e conquistas individuais que subsidiam as práticas corporais expressas nos outros dois blocos e dão recursos para o indivíduo gerenciar sua atividade corporal de forma autônoma. O corpo é compreendido como um organismo integrado e não como um amontoado de “partes” e “aparelhos”, como um corpo vivo, que interage com o meio físico e cultural, que sente dor, prazer, alegria, medo, etc. Na escola são tratados de maneira simplificada, abordando-se apenas os conhecimentos básicos. No ciclo final da escolaridade obrigatória, podem ser ampliados e aprofundados. É importante ressaltar que os conteúdos deste bloco estão contextualizados nas atividades corporais desenvolvidas. Os conhecimentos de anatomia referem-se principalmente à estrutura muscular e óssea e são abordados sob o enfoque da percepção do próprio corpo, sentindo e compreendendo, por exemplo, os ossos e os músculos envolvidos nos diferentes movimentos e posições, em situações de relaxamento e tensão.

Os conhecimentos de fisiologia são aqueles básicos para compreender as alterações que ocorrem durante as atividades físicas (frequência cardíaca, queima de calorias, perda de água e sais minerais) e aquelas que ocorrem a longo prazo (melhora da condição cardiorrespiratória, aumento da massa muscular, da força e da flexibilidade e diminuição de tecido adiposo).

A bioquímica abordará conteúdos que subsidiam a fisiologia: alguns processos metabólicos de produção de energia, eliminação e reposição de nutrientes básicos. Os conhecimentos de biomecânica são relacionados à anatomia e contemplam, principalmente, a adequação dos hábitos posturais, como, por exemplo, levantar um peso e equilibrar objetos. Estes conteúdos são abordados principalmente a partir da percepção do próprio corpo, isto é, o aluno deverá, por meio de suas sensações, analisar e compreender as alterações que ocorrem em seu corpo durante e depois de fazer atividades. Poderão ser feitas análises sobre alterações a curto, médio ou longo prazos.

Também sob a ótica da percepção do próprio corpo, os alunos poderão analisar seus movimentos no tempo e no espaço: como são seus deslocamentos, qual é a velocidade de seus movimentos, etc.

As habilidades motoras deverão ser aprendidas durante toda a escolaridade, do ponto de vista prático, e deverão sempre estar contextualizadas no conteúdo dos outros blocos. Do ponto de vista teórico, podem ser observadas e apreciadas principalmente dentro dos esportes, jogos, lutas e danças;

Também fazem parte deste bloco os conhecimentos sobre os hábitos posturais e atitudes corporais. A ênfase deste item está na relação entre as possibilidades e as necessidades biomecânicas e a construção sociocultural da atitude corporal, dos gestos, da postura. Pode-se incluir a questão da postura dos alunos em classe: as posturas mais adequadas para fazer determinadas tarefas, para diferentes situações e por que, etc.

A ARTE NA EDUCAÇÃO

Dentro do início dos tempos o homem se sente angustiado para as perguntas que parecem fundamentais para definir o significado para sua vida e dos seus objetivos. O que somos e onde estamos? A vontade de descobrir o mundo dá origem a palavra educação (ex ducere). Iniciamos a jornada da nossa vida interior. Educar-se e a capacidade herdar o conhecimento da humanidade e passá-lo a diante. E nessa complexa corrente cada elo nos ajuda a construir a visão de mundo que temos. Métodos conhecidos com as "artes liberais" formaram um grupo de disciplinas para fornecer liberdade intelectual e espiritual para os indivíduos. Partindo desse pressuposto se faz necessário garantir os pilares para esse desenvolvimento. Gramática (codificação da percepção de mundo), Dialética(Comparação das diferentes percepções), Retórica(Expressão persuasiva das conclusões), e evoluindo a partir daí para Aritmética(Quantificação), Geometria(Colocação das quantidades no espaço), **Música** (encaixar o número no tempo) e a Astronomia(Compreensão dos astros no espaço).

- Implantar em Santo André uma educação com princípios, integradora, transformadora, que valorize o desenvolvimento do indivíduo, o ensino cívico, com foco em desenvolvimento intelectual pavimentando a aplicação de conteúdos científicos e técnicos, assegurando ensino contínuo e de qualidade;
- Desenvolver um estudo para reavaliar o espaço físico escolar visando a melhoria de aspectos de segurança, higiene, adaptações inclusivas, e equipamentos;
- Ampliar o foco no currículo de conteúdos promovendo assim um desenvolvimento cognitivo satisfatório, atingindo assim, uma média satisfatória na avaliação do IDEB que tem como média mínima a nota 6,0. Em nossa cidade temos as seguintes médias 6,7 (até o 5ºano), 4,9 (do 6º ao 9ºano) e 3,9 (ensino médio) segundo o Ministério da Educação – MEC. A cidade não tem avançado proporcionalmente de acordo com os seus aspectos econômicos e demográficos;
- Retomar o Projeto de Reforço Escolar ao aluno de baixo rendimento. Além do ensino regular de qualidade a todos, retomar o reforço escolar através de professoras com dedicação exclusiva para este fim;
- Reduzir reiteradamente a fila por vagas na educação infantil, analisando a necessidade de expansão da rede e creches e/ou ampliação das unidades existentes;
- Ampliar o relacionamento e parcerias com a rede de instituições particulares e comunitárias de ensino (prestadoras de serviços) mitigando qualquer possibilidade de falta de inserção escolar;

- Implantar a “Escola de Pais e Responsáveis” promovido através da otimização do diálogo entre família e escola, fortalecendo a conexão entre as partes visando uma ampliação da performance escolar do aluno;
- Praticar o fortalecimento da “era digital inteligente” promovendo oficinas e atividades que explorem as ferramentas virtuais de aprendizado escolar;
- Implantar programa de valorização do corpo docente, inclusive a revisão do plano de cargos e salários baseados na meritocracia. Manter cursos de formação continuada para todos os profissionais da educação. Através do resultado de pesquisa aos professores, manter cursos constantes de formação que atendam aos seus interesses, desde que os mesmos visem o desenvolvimento do aluno única e exclusivamente. Essa análise se dará em função da avaliação do IDEB e a avaliação Municipal de desenvolvimento escolar;
- Avaliar a implantação de temas interdisciplinares como empreendedorismo, e cursos técnicos que atendam a demanda de trabalho em parceria com a iniciativa privada, bem como a formação de curso pré-vestibular para alunos de baixa renda, devidamente comprovada;
- Rever, ampliar, modernizar e digitalizar as bibliotecas da Cidade de Santo André;
- Firmar parceria com a Secretaria da Saúde Estadual para atendimento odontológico, oftalmológico e psicológico as crianças e adolescentes;
- Implantar em toda rede de Ensino Fundamental os Projetos de Artes e Música. Oferecer aos alunos do Ensino Fundamental Municipal, dentro de sua grade curricular, Projeto de Artes e Música, visando o desenvolvimento da capacidade cognitiva do aluno e fomentando a oferta para profissionais da área artística enriquecendo o ambiente escolar.
- Iniciar análise e estudos para a implantação do ensino híbrido, conhecido também como **blended learning**, que é a combinação do ensino presencial, que ocorre na sala de aula, com o ensino à distância, que utiliza tecnologias para a continuidade do ensino;
- Criação da Escola de Municipal de Música para crianças e adolescentes, associado ao Departamento de Cultura;
- Diagnosticar e erradicar o analfabetismo em suas diferentes faixas etárias;
- Implantar o projeto “Escola segura” que otimiza o monitoramento por câmera do espaço escolar visando coibir qualquer ação de violência contra aluno, professor, funcionários e/ou tráfico de entorpecentes. O monitoramento ampliado cria provas robustas para reduzir bruscamente qualquer ação negativa no ambiente escolar;

- Fortalecer o PME (Plano Municipal de Educação) com foco na abrangência e pluralidade do conteúdo ofertado para o sistema municipal de ensino;
- Integração do sistema de ensino municipal com a ensino cívico militar na grade curricular de forma que a família possa dialogar diretamente com a secretaria e optar para adicionar essa ferramenta na formação dos seus dependentes.

O ANDREENSE E A SAÚDE

- Compromisso ao fortalecimento ao Sistema Único de Saúde;
- Recuperar a capacidade municipal de investir com recursos próprios e monitoramento permanente das despesas correntes e controle da mesma, bem como correta aplicação dos recursos estaduais e federais advindos à pasta;
- Construir uma interlocução com Secretaria de Saúde, Conselho de Saúde e População, retirando desse ciclo o partidarismo e ineficiência de trabalho, proporcionando aperfeiçoamento no trato populacional;
- Otimizar o atendimento e serviços prestados pelo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) a qual abrange atendimento psicossocial para crianças, adultos, dependentes químicos e outras patologias psiquiátricas. Mapeamento de profissionais e instalações;
- Implantar Unidades Móveis de Saúde em parceria com a Polícia Militar para levar profissionais e serviços às regiões periféricas da cidade, evitando deslocamentos dispendiosos da população na busca deste atendimento com o objetivo de reduzir filas, agilizar o diagnóstico e tratamento das patologias;
- Implantar um sistema simplificado de informações que, acessado pelo usuário, possa lhe oferecer informações sobre os procedimentos e serviços mais adequados, próximos e qualificados para o atendimento de saúde pretendido ou necessário;
- Reformar, readequar, ampliar e reequipar as Unidades Básicas de Saúde que hoje se encontram deterioradas e com sua atuação comprometida pelo compartilhamento improvisado do seu espaço físico;
- Criação do Prontuário Eletrônico de Pacientes;
- Montagem do “Centro de Atendimento da Dor”, de caráter multidisciplinar para o paciente portador de doenças crônicas;

- Otimizar novo modelo de gestão do setor de urgência e emergência, fortalecendo independência nas ações do Samu, descentralizando as ações;
- Criar e gerenciar novas unidades de pronto atendimento, melhorando a distribuição e acessibilidade da população em cada região segundo estudos que serão realizados;
- Criar um hospital Escola com parcerias público privadas no setor de Camilópolis para atender a população nesta localização geográfica, descentralizando as ações do CHM;
- Implantar a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência integrado ao SUS;
- Desenvolver campanha educativa em escolas municipais, particulares e estaduais de ensino básico, objetivando a prevenção ao uso de drogas (PROERD);
- Aprimorar o gerenciamento e o acesso aos exames de apoio diagnóstico;
- Estruturar a rede de atenção da oncologia;
- Aumentar a eficiência dos hospitais públicos;
- Fortalecer e instrumentalizar o serviço de ouvidoria da saúde;
- Implantar o Departamento Municipal de Auditoria da Saúde;
- Fortalecimento do Conselho Municipal da Saúde autônomo e independente;
- Implantar sistema integrado de informação entre os sistemas atuantes de saúde visando facilitar a disponibilidade médica / especialista in loco, controle de estoque de medicamentos, disponibilidade de equipamentos facilitando a logística do sistema de saúde e do município.

O ANDREENSE E A CULTURA

- Implantar o Sistema Municipal de Cultura institucionalizado para acompanhamento de todos os seguimentos da cultura local;
- Instituir o Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais – realizando o mapeamento de todas as expressões culturais, material e imaterial do município de Santo André, mantendo o mesmo em consonância com os Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC;

- Instituir o Programa de Formação Cultural, realizando periodicamente cursos, oficinas, fóruns e seminários de qualificação de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, capacitando assim os agentes públicos e agentes culturais do município, conforme orienta o SNC;
- Abertura de editais culturais, através do Fundo Municipal de Cultura, norteado pelo plano de desenvolvimento social e educacional, visando um real e significativo desenvolvimento do indivíduo;
- Reestruturar a Secretaria Municipal de Cultura, tanto no que se refere a infraestrutura, quanto ao efetivo de pessoal, a ser provido por meio de concurso público e visando a melhoria;
- Criação de projetos e programas anual de apoio financeiro a artistas, grupos, instituições e produtores culturais local com um olhar criterioso da secretaria quanto a qualidade e impacto social;
- Reestruturação do museu de história, arte e cultura do município;
- Entrega do Cine Teatro Carlos Gomes como resgate e ferramenta de ampliação do espaço cultural da cidade;
- Criação de programa de apoio e incentivo á circulação de artistas, grupos e instituições que irão participar de eventos culturais em níveis municipais, estaduais, federal e internacional;
- Reestruturar o sistema de tombamento do patrimônio material e imaterial do município de Santo André, coordenado pela a Secretaria Municipal de Cultura e fiscalizado pelo o Conselho Municipal de Política Cultural;
- Projeto Circulando pelas Cores da Cultura e Turismo da Cidade, associado às Secretarias da Cultura; Educação e Esportes para conhecimento dos marcos históricos, museus, teatros, parques e jardins e Parapapiacaba. Esta para o conhecimento de sua revitalização, seus moradores, prestigiar as atividades culturais, gastronômicas e de artesanato locais;
- Reformar, ampliar o acervo e informatizar a Biblioteca Pública Municipal;
- Ampliar o fomento e compreensão na cidade da lei 8313/91 de incentivo à Cultura, assim atingindo um maior números de artistas na contemplação;
- Garantir ao Conselho Municipal de Política Cultural, dotação orçamentária própria;
- Ampliar a divulgação e informação dos espaços culturais (CESA's) tornando maciço o acesso dos munícipes a esses espaços;
- Adaptação e adequação de todos os equipamentos públicos culturais e sociais existentes no município a fim de garantir a acessibilidade;

- Ampliar os espaços e divulgação das feiras de artesanato local;
- Abrir edital para lançamentos de no mínimo 05 obra literária por ano;
- Abrir edital para lançamento de cinco peças teatrais;
- Abrir edital para lançamento de cinco filmes de média ou curta metragem e cinco documentários;
- Abrir edital para Festival de Música popular e erudita;
- Realizar de forma contínua um festival gastronômico, focando as comidas típicas do município e do estado otimizando o fomento econômico (principalmente) em Paranapiacaba;
- Criar uma programação permanente de atividades culturais, dentro das escolas e creches do município, que deverão ser desenvolvidas por artistas, grupos e instituições culturais do município, sendo devidamente remunerados;
- Desapropriação ou adequação de espaços públicos ociosos, para a criação de equipamentos culturais e áreas de lazer;
- Apoio aos Pontos de Cultura do município já existentes e publicar editais para incentivar a criação de novos Pontos de Cultura;
- Garantir a aplicação da lei municipal art. 233/1990 que dispõe sobre a concessão do direito de acesso gratuito em eventos socioculturais a pessoa com necessidades especiais;
- Firmar parceria com o governo Estadual, Federal, instituições públicas e privadas a fim de garantir a implantação de ações culturais intergovernamentais no município, como a construção de uma Fábrica de Cultura no município;
- Criar um programa cultural que leve as manifestações artísticas para as comunidades respeitando a diversidade cultural do município;
- Criar um núcleo de arte para atuar junto ao público idoso e de necessidades especiais, respeitando a diversidade cultural local;
- Reformar e reestruturar som, palco e iluminação do Teatro Municipal de acordo com suas necessidades;
- Aplicar melhoria nos programas de divulgação da produção cultural de Santo André, por meio de rádio, sites, jornais, informativos em níveis municipal e regional, bem como articular esses meios em âmbito estadual e nacional, respeitando sempre a diversidade cultural do município;

- Criar programa permanente de formação na área de informática;
- Proceder a adequação e revitalização da concha acústica;
- Criar a rede de economia criativa através de produtos da cultura e seguindo os parâmetros da Secretaria Estadual de cultura e Economia Criativa;
- Implantação do calendário cultural do município seguindo a lista da Conferência Municipal de Cultura;
- Garantir o cachê para artistas, grupos e instituições que se apresentarem nos eventos promovidos ou apoiados pela Prefeitura de Santo André;
- Implantação de programa de formação continuada para os professores de arte da rede municipal;
- Criação de roteiro turístico cultural;
- Garantir a formação de público, realizando no mínimo 01 evento gratuito por mês, tanto nos espaços públicos fechados, como através do incentivo à arte pública de rua;
- Garantir os recursos para manter o pleno funcionamento dos grupos artísticos municipalizados com a Orquestra Sinfônica, Coro da Cidade de Santo André, banda Lira;
- Proporcionar a integração entre a Secretaria Municipal de Cultura e demais secretarias do município, bem como com outras instituições públicas e privadas nos âmbitos municipal, estadual e nacional instaladas no município, voltada para a implementação de ações culturais.

O ANDREENSE E A SEGURANÇA MUNICIPAL

- Efetivar ações que ampliem a sensação de segurança dos munícipes da Cidade de Santo André;
- Devolver, locais públicos para os passeios e o lazer dos cidadãos;
- Manter permanente fiscalização sobre a iluminação pública posto ser fator importante para a segurança pública;
- Coletar e organizar informações em fontes abertas e fechadas para a produção de conhecimentos e da gestão inteligente de informações com o objetivo de desenvolver ações preventivas pontuais, principalmente, com referência à proteção do cidadão;

- Buscar e cooperação com as polícias estaduais para estudos de ações efetivas relacionadas à segurança municipal;
- Pleitear perante o Ministério de Segurança e Justiça, financiamento para implantação das *smart cities*, ou cidades inteligentes, com o objetivo de interligar o mundo digital com os agentes de segurança na busca de eficiência e eficácia, na proteção dos munícipes, dos próprios públicos, seus agentes e suas fronteiras;
- Firmar com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, e as forças de segurança municipal o programa “Vizinhança Solidária”. O programa consiste em conscientizar as pessoas de uma comunidade do seu papel e responsabilidade para preservar sua segurança pessoal e coletiva, adotar medidas capazes de prevenir delitos, estabelecendo uma área vigiada pelos moradores, com apoio da PM. A essência é a participação ativa da comunidade na comunicação sobre qualquer atitude suspeita na área, via grupo de whatsapp;
- Viabilizar aumento do efetivo da Guarda Civil Municipal;
- Adotar na Guarda Civil Municipal, modelo de policiamento orientado para problemas, para alterar as condições que dão origem as questões criminais, das incivildades, de desordem, contribuindo para diminuir as ocorrências por meio do policiamento e de ações preventivas;
- Realizar cursos e treinamentos para o uso progressivo de segurança, condicionamento e saúde física dos operadores de segurança;
- Viabilizar estudo sobre o Estatuto da Guarda e Segurança Patrimonial para melhor adequação e modernização, bem como do plano de carreira;
- Viabilizar melhorias nas instalações, equipamentos, treinamentos e valorização do profissional de segurança do Município;
- Retomar a ronda escolar; bem como a ronda comunitária da GCM;
- Aperfeiçoamento profissional do efetivo da GCM, Segurança Patrimonial, otimizando as interações nas atuações;
- Criar o Conselho de Segurança do Comércio direcionando sua atuação para o comércio da cidade a fim de auxiliar em políticas de estímulos para que os comerciantes melhorem a segurança de seus próprios estabelecimentos através de câmeras e sistemas de alarme;
- Fortalecer a governança para gerenciar o risco de desastres, desenvolvendo plataforma local de prevenção destinada ao desenvolvimento, integração e coordenação de programas, ações e projetos; fortalecendo a colaboração e participação de entidades privadas e da sociedade, envolvendo a temática da defesa civil de forma transversal, proporcionando maior eficiência nas ações;

- Maior investimento na Prevenção da Repressão imediata da ação criminal;
- Viabilizar integração (comunicação) entre GCM, SAMU, Polícia militar e Departamento de trânsito otimizando a logística em eventuais ocorrências;
- Buscar parceria com os Governos Estadual e Federal para viabilizar a instalação de câmeras com o SISTEMA DETECTA nos limites entre Municípios e pontos estratégicos;
- Adequação do Estatuto da Guarda;
- Estruturação das Inspetorias – proporcionar equipamentos adequados para a segurança através de programas de prevenção às drogas do Governo Federal, tais como viaturas, motos e sistemas de comunicação;
- Criação do TAC (Termo de ajuste de conduta). Esse dispositivo alinha todos os órgãos municipais (PMSA, MP, TM, Polícia Militar, Polícia Civil, OAB Associações) nas ações de segurança em toda a esfera municipal, ampliando e otimizando as ações em ocorrências. Esse dispositivo aumenta a eficiência do agente público e aumenta a confiança do munícipe.

DIREITOS HUMANOS, QUALIDADE AMBIENTAL, DIREITOS DOS NÃO HUMANOS.

- Buscar recursos nacionais e internacionais para o apoio do encerramento de lixões e aterros controlados;
- Desenvolver novo estudo de mobilidade urbana adequado com a realidade atual da cidade;
- Realizar a recuperação de áreas contaminadas;
- Fortalecer a implementação do sistema de Logística Reversa, principalmente de embalagens em geral;
- Desenvolver campanhas de conscientização da população sobre a importância da coleta seletiva e da reciclagem dos resíduos sólidos como fatores da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida da população;
- Formalizar a criação do Comitê de Programa da A3P, em convênio com o Ministério do Meio Ambiente, programa que dispõe a necessidade da formação continuada de gestores públicos que venham a internalizar conceitos de licitações sustentáveis, de consumos sustentáveis e da redução, reuso e reciclagem de resíduos gerados pelas atividades públicas;
- Planejar o Município para seguir as diretrizes da Nova lei do Saneamento Básico, Lei nº 14.026, de 15 de Julho de 2020;

- Implantar e seguir a Coordenação Nacional de Proteção e Defesa Animal/Decreto 10.455/2020, que tem por objetivo: articular e apoiar a política para combater maus tratos aos animais em geral, inclusive domésticos (cães, gatos, pássaros e pets), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente;
- Aplicação “Projeto Pet” que estimula a parceria entre rede Municipal e iniciativa privada para estabelecer tratamento e atendimento para animais em pets privados gratuitos para cidadãos e/ou com preços populares, garantindo qualidade para o usuário e isenção de impostos/incentivos fiscais;
- Desenvolver ações objetivando o controle reprodutivo de animais de rua, com o objetivo de bem-estar dos animais;
- Cadastro de protetores para regulamentar tais práticas na cidade;
- Desenvolver ações de educação ambiental sobre animais domésticos junto a espaços da sociedade, ONGs e Instituições de Ensino.
- Viabilizar projeto de implantação de usina de bioenergia e logística reversa promovendo inclusive retorno econômico para a cidade.

O ANDREENSE E A HABITAÇÃO

- Aquisição de terreno para implantação de loteamento residencial; Construção de novas unidades habitacionais, a fim de reduzir o déficit habitacional;
- Promover a regularização fundiária de áreas já ocupadas;
- Garantir o acesso da população com renda de até 03 salários mínimos aos programas habitacionais;
- Promover a ampliação da oferta de unidades de habitação;
- Ampliar as parcerias com os programas ofertados pelos Governos Federal, Estadual e Iniciativa Privada;
- Agilizar processos de aprovações de projetos de edificações residenciais nos órgãos competentes (Prefeitura, Semasa, Sabesp);
- Rever e adequar o Plano Diretor, com o escopo agilizar aprovação de projetos para construção e regularização de áreas públicas para a implantação de programas habitacionais;
- Criar reserva de áreas para atendimento de moradores em área de risco;

- Implantar um programa de qualidade e produtividade na construção;
- Fortalecer o programa municipal de regularização;
- Implantar programa de incentivo às novas tecnologias de construção popular em parceria com a iniciativa privada, as universidades e a sociedade civil organizada;
- Propor mudança da legislação municipal conforme diretrizes estabelecidas no plano diretor para regularização de moradias populares e para o incentivo de aproveitamento de áreas para novas construções;
- Rever os estatutos da Empresa Municipal de Habitação Popular (EMHAP) da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação com o propósito de melhorar a capacidade institucional na política habitacional;
- Realizar mutirão de regularização fundiária, para o conhecimento de áreas ocupadas, e verificando a viabilidade ou não de regularização;
- Criar mecanismos mais ágeis para o atendimento das demandas das organizações representativas da sociedade;
- Implantar através de estudos de instalação de moradias compartilhadas, adaptadas para a acessibilidade da pessoa idosa, com deficiência física e com mobilidade reduzida com o objetivo de respeitar sua autonomia, inseri-lo na sociedade e melhorar significativamente sua qualidade de vida;

O ANDREENSE E OS ESPORTES

- Instituir a Política Municipal de Esporte e Lazer Comunitário, objetivando o Desenvolvimento Humano Integral, bem como o Engajamento Cívico e Comunitário da população;
- Criar plano de políticas de clube para aumentar a frequência de munícipes;
- Reformar, revitalizar e modernizar as instalações Municipais;
- Incentivo e/ou resgate dos espaços comunitários de atividades esportivas, organizado em conjunto com a própria população, ampliando a “sociedade amigos do bairro”;
- Promover campeonatos esportivos, e resgatar Jogos Abertos do Interior, considerado o maior evento esportivo do Estado de São Paulo e do Brasil;
- Ampliação da **Lei de Incentivo ao Esporte**, que atende crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, além de garantir o suporte necessário para que os atletas de alto rendimento possam participar e representar o Brasil em competições nacionais e internacionais. Mais do que um instrumento jurídico, trata-se de uma inovação e um avanço na consolidação

do paradigma do esporte como um meio de inclusão social. Fazem parte ainda: a “Bolsa Atleta”, Programa “Segundo Tempo”, “Forças no Esporte” e “Seleção do Futuro”;

- Promover orientações sobre saúde e atividades físicas;
- Intensificar manutenção preventiva dos Playgrounds Comunitários;
- Promover a integração de pais e estudantes nas escolas, através de Jogos Escolares nas modalidades escolhidas pela comunidade escolar.

O ANDREENSE E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No Brasil há 5,9 milhões de micro e pequenas empresas formais (97,5% do total das empresas brasileiras) 51% da força de trabalho urbana empregada no setor privado, equivalente a 13,2 milhões de empregos com carteira assinada 38% da massa salarial 20% do Produto Interno Bruto (PIB) 10,3 milhões de empreendedores informais 4,1 milhões de estabelecimentos rurais familiares (85% do total dos estabelecimentos rurais). Muitas cidades não conseguem oferecer empregos para toda a população. É comum que trabalhadores se desloquem diariamente para municípios vizinhos, contribuindo para a produção de riqueza e arrecadação de outro lugar, devido à escassez de empregos locais. Os micros e pequenos negócios mantidos pelos empreendedores locais são a forma mais eficiente de se iniciar o processo de fixação da riqueza local em todos os segmentos da economia. Investidores de fora também são bem-vindos, desde que ajudem a fortalecer a economia e os pequenos negócios locais. Ficam os investimentos, os empregos, o melhor atendimento à população, o aumento da base de arrecadação, entre outros benefícios. Ou seja, todos ganham.

- Priorizar e implantar políticas de desenvolvimento voltadas para micro e pequenos negócios;
- Criar parceira com o Sebrae, SENAI e FGV para o desenvolvimento, aprimoramento e capacitação de pequenos empreendedores;
- Para dinamizar a economia municipal, é fundamental que o ambiente para o empreendedorismo seja favorável. É preciso fortalecer um conjunto de ações em prol dos micros e pequenos negócios, considerados os propulsores do desenvolvimento local;
- Transformar em realidade os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 a favor dos micros e pequenos negócios;
- Flexibilização do custo da taxa de Outorga;

- Mapear e divulgar as oportunidades de negócios locais é importante para que os empreendedores escolham atividades com base no mercado. Além disso, é importante articular com diversos parceiros, como o Sebrae, programas de capacitação para os empresários atenderem às demandas do município;
- Otimizar o espaço do Moinho São Jorge para um centro cultural, criando assim mais um ativo para a cidade.